

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

1 Aos onze dias do mês de dezembro de 2023, às 8h30, foi realizada a 53ª Reunião Ordinária
2 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de forma virtual pela plataforma Zoom.
3 Estiveram presentes os seguintes **Conselheiros**: Fernando Henrique Garayo Junior (Águas
4 Guariroba), Daniele Coelho Marques (FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária
5 do Estado de MS), Daniel Luan Pereira Espindola (CONISUL - Consórcio Internacional
6 de Desenvolvimento da Região Sul do MS), Jaime Elias Verruck (SEMADESC - Sec. de
7 Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação), Leonardo
8 Sampaio Costa (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL), Ednilson
9 Lopes da Silva (SEILOG - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística), Juliano
10 Aguiar Bastos (FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS),
11 Malena May (Sindicato Rural de Ponta Porã), Arlindo Murilo Muniz (OAB/MS - Ordem
12 dos Advogados), Danilton Luiz Flumignan (EMBRAPA - CPAO Centro de Pesquisa
13 Agropecuária do Oeste), Flávia Pedron Machado (SANESUL - Empresa de Saneamento de
14 Mato Grosso do Sul), Paulo Eduardo Lima (AIEMS - Associação de Irrigantes do Estado
15 do Mato Grosso do Sul), Marcelo Augusto de Souza Bexiga (AEAMS - Associação dos
16 Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso do Sul), Maria Aparecida Borges Pimentel
17 Vargas (ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa), Edina
18 Brindarolli (CONISUL - Consórcio Internacional de Desenvolvimento da Região Sul do
19 MS), Jânio Fagundes Borges (CREA/MS - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
20 de Mato Grosso do Sul), Claudete de Fatima Padilha de Souza Bruschi (CBH Santana e
21 Aporé); e os **convidados**: Dulcélya Mônica de Queiroz Souza (Sanesul), Fabio Martins
22 Ayres (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS), Ulisses Numman Galvan
23 Filho, Vagner Alexandre Aparecido de Souza, Mariana Thais Rodrigues Godoy (Prefeitura
24 Municipal de Campo Grande – MS), Maria Helena da Silva Andrade (FONASC),
25 Humberto Cesar Mota Maciel (UEMS), Christiane Erondina Corrêa (Planurb/PMCG),
26 Luiz Antônio Freitas de Almeida (Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul),
27 Vera Lúcia Freitas Marinho (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS), Ana
28 Cecília Carneiro Tavares (Enebras Energia), Larissa Figueiredo de Oliveira (Elera
29 Renováveis - UHE Assis Chateaubriand - Mimoso), Darci Procopio da Silva
30 (Cefront/UEMS), Sérgio Ricardo Bandeira (Sanesul), Eliane Maria Garcia (IMASUL).
31 **ABERTURA**: Após a verificação de quórum, o Secretário de Estado de Meio Ambiente,
32 Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEMADESC e Presidente do

33 CERH/MS, Jaime Elias Verruck, deu as boas-vindas, agradecendo a presença de todos os
34 Conselheiros e convidados e declarou aberta a 53ª Reunião Ordinária do CERH/MS. O
35 Presidente Jaime, informou sobre os itens da pauta, dando início ao item **1 - Aprovação da**
36 **Ata da 52ª Reunião Ordinária**; informando que a Ata foi encaminhada por e-mail a todos
37 os Conselheiros e colocou em aprovação. Não havendo pedido de alterações, a Ata da 52ª
38 Reunião foi aprovada por unanimidade. Na sequência, procedeu-se com a leitura do item
39 **2- Resolução CERH/MS N° 86, que aprova o Plano de Capacitação para Gestão de**
40 **Recursos Hídricos – 2024/2027**; a Sra. Eliane (IMASUL) deu início a apresentação,
41 relatando brevemente sobre o Plano anterior. Informou que o Plano de Capacitação foi
42 estabelecido como uma meta do PROGESTÃO a partir do 2º Ciclo, sendo a meta 1.2;
43 apresentou a tabela com os temas propostas para capacitação, bem como o recurso
44 previsto, sendo R\$324.000,00, previstos para executar o Plano durante 5 anos. Apresentou
45 a tabela com os cursos presenciais e online que foram realizados e o número total de
46 pessoas capacitadas (3037 pessoas), dentre conselheiros, membros do Comitê, público
47 externo e membros do Órgão Gestor. Informou que do recurso previsto foi gasto um total
48 R\$102.000,50 devido ao aumento dos cursos online no período de pandemia. Informou
49 sobre a continuidade do Plano, que iniciou o 3º Ciclo e apresentou o novo Plano de
50 Capacitação para esse novo período, que deverá ser deliberado pelo Conselho. Informou
51 que foi elaborado um formulário para o levantamento de demandas de temas para
52 capacitação que foi divulgado em grupos dos Conselhos e Comitês. Informou que 26
53 pessoas responderam o formulário com sugestões de temas como: cobrança fiscalização,
54 pagamento por serviços ambientais, dentre outros. Comunicou que o Plano elaborado para
55 o novo ciclo está voltando principalmente para estes temas sugeridos e apresentou o novo
56 orçamento previsto, estimado em R\$330.000,00. Pontuou que este valor é apenas uma
57 previsão, tendo em vista que cursos online demandam menos recurso. Na sequência foi
58 apresentada a Resolução para aprovação e foi informado pelo Sr. Leonardo (IMASUL) que
59 a minuta foi enviada para todos Conselheiros e que os valores são parecidos com o previsto
60 no ciclo anterior. Não havendo contribuições o Presidente Jaime aprovou o Plano de
61 Comunicação. Prosseguindo com o item **3 - Resolução CERH/MS nº 87, que aprova a**
62 **criação e instalação do CBH Rio Pardo**; no qual o Sr. Leonardo (IMASUL) iniciou uma
63 breve apresentação sobre a criação do Comitê Bacia Hidrográfica do Rio Pardo,
64 informando que a criação foi uma demanda pela sociedade civil formando um grupo de
65 trabalho; apresentou os 11 municípios que compõe a bacia, explicou que o município de
66 Brasilândia possui 26,53% de seu território na Unidade de Planejamento e Gestão (UPG)

67 do Pardo, de acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos, apresentou também os
68 principais usos de recursos hídricos, sendo a grande maioria demandas para captação
69 subterrânea e superficial e os principais demandas por água são dos municípios de Campo
70 grande e Ribas do Rio Pardo. Apresentou as orientações e os passos para criação do
71 comitê; o material de divulgação elaborado; fotos das reuniões de mobilização e como será
72 estruturada o Comitê, sendo composto por 11 segmentos Poder Público, 11 Sociedade
73 Civil e 11 Usuários de Recursos Hídricos, seguindo o critério dos demais comitês do
74 estado. Pontuou que haverá 180 dias para a posse após a criação do Comitê e que os
75 membros serão eleitos em Assembleias, respeitando as regras para habilitação e não
76 ensejando remuneração. Na sequência, apresentou a resolução de criação do CBH Pardo. O
77 Presidente Jaime abriu a palavra para os conselheiros. O Sr. Arlindo (OAB) explanou que
78 que a OAB não é só entidade de classe. Explicou que atuam para defesa da sociedade de
79 forma mais ampla, sendo classificada como entidade de classe de natureza *sui generis*
80 e solicitou que fosse inserido esse termo na Resolução de criação do Comitê. O Presidente
81 Jaime solicitou que a OAB formalize junto ao Governo do Estado a solicitação, pois o
82 estado considera entidade de classe como um todo, deve formalizar para ser encaminhado a
83 Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (PGE), pois todas as leis constam
84 apenas como entidade de classe e após a análise, seja feita a adequação de todas as
85 legislações. A Sra. Daniele (FAMASUL) pontuou que faz parte dos 3 Comitês e que se
86 preocupa com a criação de um novo comitê com relação a participação e presença dos
87 membros. Pontuou que a discussão sobre a criação do CBH Pardo não foi trazida para um
88 Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica do Conselho, para que fosse feita uma análise
89 criteriosa dos conflitos existentes na bacia e se esses conflitos justificam a criação de um
90 novo comitê. Explanou que a gestão de recursos hídricos no estado é efetiva,
91 principalmente após a outorga e que a criação de um novo comitê trará ônus para o órgão,
92 uma vez que não se tem Agência de Bacia e o IMASUL terá que fazer a gestão com baixo
93 efetivo de funcionários. Questionou quais os conflitos se tem na bacia para justificar a
94 criação desse Comitê. Ainda, pontuou que como representante dos produtores e usuários,
95 participou das reuniões de mobilização e não assinaram a favor da criação, pois não
96 concordam com a forma que esta demanda está vindo para o Conselho. Apontou que um
97 Plano de Bacia terá que ser elaborado e que o Plano de Recursos Hídricos do Estado está
98 defasado, que precisa ser revisado, citando como exemplo que Brasilândia não concorda
99 que o município está inserido na UPG do Pardo, que precisar ser realocada, logo gostaria
100 que refletissem sobre se criar um comitê agora ou se devem deliberar por trazer para dentro

101 do Conselho as minutas para que a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais
102 possa analisar os conflitos e o regimento interno. A Sra. Mariana (PMCG) questionou
103 sobre os ofícios encaminhados às Prefeitura pelo Ministério Público (MP), manifestando
104 que os municípios estão sendo omissos e que não estão incentivando a criação do Comitê;
105 questionou se caso o Comitê não seja criado agora, se ainda irão receber esse tipo de ofício
106 e se continuarão sendo omissos. Questionou ainda se é obrigatório perante a lei a criação
107 desse comitê. O Promotor Dr. Luiz Antônio (MP) explanou que o entendimento do MP é
108 obrigatoriedade legal a criação pois está na Lei Nacional de Recurso Hídricos, bem como
109 na Lei Estadual de Recurso Hídricos, logo há obrigação legal de existir. Informou que
110 fizeram a recomendação para que fosse criado e que está judicializado, pois foi feita uma
111 Ação Civil Pública para a criação. Pontuou que fica feliz que será analisado pelo Conselho
112 Estadual e por estarem dando esse passo, que é um importante avanço a criação não só por
113 conta da obrigação legal, que as mobilizações mostraram que há interesse da sociedade
114 civil em participar e que há interesse na gestão compartilhada das águas que compõe essa
115 Bacia. Na visão do MP a criação é uma obrigatoriedade legal. Informou que acredita que
116 os questionamentos da representante da FAMASUL são legítimos, mas por outro lado
117 entende a obrigação legal e que a discussão deve ser em como tornar ainda mais efetiva a
118 operacionalização desse comitê, para garantir o bom funcionamento e que se tudo correr
119 bem, o Conselho tenha essa mesma visão da necessidade de criação do comitê,
120 agradecendo pela oportunidade de fala. O Sr. Leonardo (IMASUL) pontuou que tudo que
121 foi posto é importante e que o que foi posto pela Sra. Daniele (FAMASUL) é uma coisa
122 que também o preocupa, pois está criando um quarto Comitê mais e que precisa estruturar
123 melhor o IMASUL para dar conta desse trabalho, mas é uma coisa que o estado vem
124 buscando para se estruturar melhor. Quanto a importância do comitê, pontuou que entende
125 a importância dessa discussão e deu exemplo da Bacia do Rio Negro, que não possui
126 condições de se ter um Comitê pois não se tem municípios e usos significativos para ter um
127 Comitê mas entende que na Bacia do Pardo entende que sim, pois tem a capital do estado,
128 tem os usuários com demanda crescente e a industrialização. Entende que é salutar um
129 comitê para dividir essas decisões e auxiliar na gestão. Explanou que o preocupa é só a
130 questão da estruturação, mas que com o tempo será possível para atender todas as
131 demandas. O Presidente Jaime abriu para votação a criação do pardo e informou que a
132 Bacia tem uma pressão de indústria, irrigações e 4, 5 termoeletricas sendo instaladas e que
133 é uma Bacia que tem pressão de demanda por recursos hídricos significativa, logo a
134 avaliação é que se faça a instalação do comitê, mas que obviamente iria colocar para

135 votação do Conselho, que é soberano e deliberativo. O Sr. Leonardo (IMASUL) informou
136 que a votação será feita via formulário Google, disponibilizando o link no chat da reunião.
137 A Sra. Daniele (FAMASUL) pontuou que deve ser corrigido no art. 7 onde está escrito
138 “Comitê do Paranaíba” e substituir por “Comitê do Pardo”. Sugeriu também que o art. 2
139 que se refere a vedação da participação das Associações de Usuários, pois tem várias e eles
140 concorrem dentro dos seus contratos são categorizados como sociedade civil e a sugestão é
141 suprimir esse artigo. O Sr. Leonardo (IMASUL) fez a correção do art. 7 e sobre o art. 2
142 informou que não está limitando a Associação de Usuários, pois eles podem fazer parte do
143 Comitê, mas dentro da sua categoria de usuário, pois são representante de usuários e que as
144 associações que são de usuários, como irrigantes, agropecuário, associação de energia, tem
145 que concorrer na vaga de usuário. A Sra. Daniele (FAMASUL) explanou que não concorda
146 com a permanência do texto. O Presidente Jaime sugeriu que seja colocado para votação
147 junto à Resolução de criação do CBH. A criação do Comitê foi aprovada com 88% dos
148 votos a favor da criação e 10% de votos de abstenção. O Sr. Fabio (UEMS) agradeceu ao
149 Conselho pela aprovação da criação do comitê, que está trabalhando junto ao grupo técnico
150 desde 2020 e que este é um momento muito importante de celebração e que está à
151 disposição para contribuir. O Sr. Danilton (EMBRAPA) questionou sobre o quantitativo de
152 vagas reservadas para saneamento e indústria, se na bacia do Pardo existem tantos entes
153 relacionado ao saneamento, pois o usuário de irrigação recebe uma pressão muito grande
154 dos outros usuários e da sociedade e se ele é um grande usuário de recursos hídricos, ou
155 visto dessa forma, talvez fosse justo ter uma maior representatividade dentro do Comitê,
156 garantindo 2 vagas para esse setor. O Sr. Leonardo (IMASUL) respondeu que quase 30%
157 das vagas está com o setor agropecuário e irrigação e quanto as empresas de saneamento
158 são 3 empresas que estão em 11 municípios da bacia, a proposta foi baseada nos usuários
159 que estão regulados na bacia e que o setor agropecuário possui 3 vagas de 11 do seu
160 segmento. Referente a proposta de exclusão do parágrafo terceiro do art. 2, a Sra.
161 Aparecida (ABRAGEL) sugeriu que quem for contrário a exclusão que se manifeste para
162 dar mais celeridade a votação. O Presidente Jaime acatou a sugestão e abriu para
163 manifestação dos presentes. Não havendo manifestações contrárias, foi aprovado a retirada
164 do referido parágrafo do art. 2. Prosseguindo com a pauta com o item **4 - Resolução**
165 **CERH/MS N° 88, que aprova o Regimento Interno do Comitê de Bacia Hidrográfica**
166 **do Rio Pardo;** o Sr. Leonardo (IMSAUL) que o regimento foi encaminhado para todo os
167 Conselheiros e que precisa ser votado o regimento interno para ser possibilitar a realização
168 do processo eleitoral do Comitê. Pontuou que nada impede que nas primeiras reuniões do

169 Comitê os membros se reúnam para que possam fazer as alterações que julgarem
170 necessárias e que o regimento foi baseado nos regimentos internos dos Comitês do
171 Miranda e Ivinhema que são maiores comitês do estado e adotando o que já é praticado
172 nesses colegiados. O Presidente Jaime abriu para votação nominal sobre a Resolução n. 88
173 e, não havendo manifestações contrárias, foi aprovado o regimento interno do CBH Pardo.
174 Na sequência, seguindo para o item **5- Discussão da proposta de atualização do**
175 **enquadramento do Rio Anhanduí;** o Sr. Leonardo (IMSAUL) informou que recebeu por
176 parte da Águas Guariroba uma solicitação para apresentarem uma proposta de atualização
177 para o enquadramento do Rio Anhanduí, mas como não houve tempo hábil para uma
178 análise mais profunda, solicitou que seja inserida como pauta para a próxima reunião.
179 Prosseguindo com o item **6- Apresentação do monitoramento de resíduos de**
180 **agrotóxicos em água para consumo humano, desafios em tempo de desenvolvimento**
181 **do Mato Grosso do Sul;** o Sr. Leonardo (IMSAUL) comunicou que o representante da
182 Secretaria de Saúde que faria a apresentação não pode comparecer devido a mudança da
183 data da reunião do Conselho e que seja inserida como pauta para a próxima reunião.
184 Prosseguindo com o item **7 - Informes Gerais**, Sr. Leonardo (IMSAUL) informou que
185 após a aprovação do Comitê, o próximo passo é iniciar a mobilização e a abertura do Edital
186 para a inscrição dos interessados em compor o CBH Pardo e que no início de janeiro
187 deverá sair o primeiro edital. O Presidente Jaime solicitou que o Conselho seja informando
188 sobre o andamento do processo, independente das reuniões. O Sr. Leonardo (IMSAUL)
189 informou que na primeira reunião do Conselho, em março, trará as metas do
190 PROGESTÃO e que os relatórios já estão sendo elaborados. O Sr. Ednilson (AGESUL) se
191 colocou a disposição para acompanhar o estudo de enquadramento do Rio Anhanduí, em
192 função das obras no município. O Sr. Arlindo (OAB) pontou que gostaria de parabenizar a
193 equipe da Gerência de Recursos Hídricos, que mesmo com recursos escassos, deveria
194 haver mais pontos de monitoramento, mas mesmo utilizando o que é possível já melhorou
195 muito a eficiência na gestão hídrica. Pontou que para os próximos anos, julga ser
196 necessário implementar mecanismos de controle em razão das mudanças climática, que se
197 tem informação sobre a reincidência de escassez hídrica e que é preciso planejar eventuais
198 evacuações, construir bacias de contenção e que para esse planejamento é preciso mais
199 recursos, tanto financeiro quanto humano, para não serem pegos de surpresa. O Presidente
200 Jaime concordou com o apontamento e explanou que existe a discussão sobre a execução
201 de um Plano Nacional de prevenção e Defesa Civil, para que os recursos sejam utilizados
202 para prevenção, que este é um caminho. Outro trabalho que está sendo feito é o Programa

203 de Adaptação Climática, trazendo essa pauta. Informou que na COP o grande discurso é
204 reduzir as ações de trilhões em ações de milhões. Pontuou ainda sobre o Fundo de Perdas e
205 Danos, que deve existir um fundo internacional específico para perdas e danos; que o
206 escopo está desenhado, mas ainda é um trabalho significativo para os estados se adaptarem
207 e receberem esse tipo de recurso. **Encerramento:** Não havendo outros assuntos a tratar, o
208 Presidente Jaime agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 53ª Reunião
209 Ordinária do CERH/MS. Esta Ata será assinada pelo Presidente e pela Secretária
210 Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e anexada a lista de presença.

Campo Grande - MS, 11 de dezembro de 2023.

JAIME ELIAS VERRUCK

Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência,
Tecnologia e Inovação - SEMADESC
Presidente do CERH/MS

LEONARDO SAMPAIO COSTA

Secretaria Executiva do CERH/MS
Gerência de Recursos Hídricos do IMASUL

ANEXO

LISTA DE PRESENÇA

53ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso do Sul Data: 11 de dezembro de 2023			
NOME COMPLETO	ENTIDADE REPRESENTA	MEMBRO	SEGMENTO
Fernando Henrique Garayo Junior	ÁGUAS GUARIROBA	Suplente	Usuário
Dulcélya Mônica de Queiroz Souza	Sanesul	Convidado	
Fabio Martins Ayres	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS	Convidado	
Daniele Coelho Marques	FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS	Titular	Usuário
Ulisses Numman Galvan Filho		Convidado	
Daniel Luan Pereira Espindola	CONISUL - Consórcio Internacional de Desenvolvimento da Região Sul do MS	Suplente	Poder Público
Vagner Alexandre Aparecido de Souza		Convidado	
Jaime Elias Verruck	SEMADESC - Sec. de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação	Titular	Poder Público
Mariana Thais Rodrigues Godoy	Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS	Convidado	
Leonardo Sampaio Costa	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL	Titular	Poder Público
Ednilson Lopes da Silva	SEILOG - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	Titular	Poder Público
Juliano Aguiar Bastos	FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS	Suplente	Usuário
Maria Helena da Silva Andrade	FONASC	Convidado	
Humberto Cesar Mota Maciel	UEMS	Convidado	
Christiane Erondina Corrêa	Planurb/PMCG	Convidado	
Luiz Antônio Freitas de Almeida	Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul	Convidado	
Malena May	SINDICATO RURAL de Ponta Porã	Titular	Sociedade Civil
Arlindo Murilo Muniz	OAB/MS - Ordem dos Advogados	Titular	Sociedade Civil
Danilton Luiz Flumignan	EMBRAPA-CPAO Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste	Suplente	Sociedade Civil
Flávia Pedron Machado	SANESUL - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul	Titular	Usuário
Paulo Eduardo Lima	AIEMS - Associação de Irrigantes do Estado do Mato Grosso do Sul	Titular	Usuário
Marcelo Augusto de Souza Bexiga	AEAMS - Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso do Sul	Titular	Sociedade Civil
Vera Lúcia Freitas Marinho	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS	Convidado	
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas	ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa	Titular	Usuário
Ana Cecília Carneiro Tavares	Enebras Energia	Convidado	
Larissa Figueiredo de Oliveira	Elera Renováveis - UHE Assis Chateaubriand (Mimoso)	Convidado	
Darci Procopio da Silva	Cefront/UEMS	Convidado	
Sérgio Ricardo Bandeira	Sanesul Empresa de Saneamento de MS S/A	Convidado	
Edina Brindarolli	CONISUL - Consórcio Internacional de Desenvolvimento da Região Sul do MS	Titular	Poder Público
Jânio Fagundes Borges	CREA/MS - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul	Titular	Sociedade Civil
Claudete de Fatima Padilha de Souza Bruschi	CBH Santana e Aporé	Titular	Sociedade Civil
Eliane Maria Garcia	IMASUL	Convidado	Poder Público